

Relatório da Administração

A Administração da Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Multiner estão apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB. As Demonstrações Financeiras individuais da Multiner são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010.

Perfil Corporativo

Constituída em 21 de maio de 2007, a Multiner S.A. atua no setor de energia, sobretudo na geração de energia elétrica, fazendo uso de fontes de combustível diversificadas. O parque gerador planejado da Multiner consiste no desenvolvimento, montagem e operação de usinas termelétricas (a óleo combustível e a gás natural), eólicas e hidrelétricas, estrategicamente localizadas nas principais regiões do país.

Através da controlada 2007 Participações S.A. que, por sua vez, detém 99,9% da Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), a Multiner possui uma usina termelétrica em Manaus (AM), a UTE Cristiano Rocha, cuja conversão a gás natural deverá ocorrer no ano de 2012, com capacidade de geração de 65,4 MW. A RAESA possui contrato de suprimento de energia de 85 MW para o período de 20 anos firmado com a distribuidora de energia local, do grupo Eletrobrás.

Por meio de sua controlada New Energy Options Geração de Energia S.A (NEO), a Multiner possui o Parque Eólico Alegria, em Guamaré, no Rio Grande do Norte. O Parque Eólico Alegria é formado pela Usina de Energia Eólica Alegria I – em operação desde dezembro de 2010 e pela Usina de Energia Eólica Alegria II, atualmente em construção. Estas usinas possuirão capacidade total de 152 MW. A Multiner possui 80% do capital social da NEO, que detém PPAs firmados com a Eletrobrás, no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), para a venda da totalidade da energia gerada pelo parque eólico, por um período de 20 anos.

Integram também o portfólio de empreendimentos da Multiner as UTEs Itapebi e Monte Pascoal. Essas duas usinas termelétricas a óleo combustível, vencedoras do 4º leilão de energia nova, promovido pela ANEEL em julho de 2007, possuem contrato de comercialização de energia no ambiente regulado para o período de 15 anos e terão capacidade instalada total de 291 MW.

Em setembro de 2008, a Multiner sagrou-se vencedora nos leilões de energia nova promovidos pela ANEEL, tendo garantido PPAs para quatro usinas adicionais: as Usinas Termelétricas Pernambuco IV e Santa Rita de Cássia, no leilão A-3, e as Usinas Termelétricas Termopower V e Termopower VI, no leilão A-5 de 2010. Na ocasião, foram assegurados contratos de venda de energia para o período de 15 anos.

O Conselho de Administração da Multiner, aprovado em 14 de junho de 2010, permaneceu durante o exercício de 2011 na atribuição de seus cargos, tendo a Sra. Camille Loyo Faria ocupado o cargo de Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores da Companhia e, em seguida, em 15 de julho o Conselho de Administração aprovou a eleição de Paulo Guilherme Autran Seidel para o cargo de Diretor de Gestão Corporativa. Em 10 de novembro 2010, o Conselho de Administração aceitou as renúncias dos antigos Diretores e foi aprovada a eleição de Hugo Seabra de Souza para o cargo de Diretor Vice-Presidente que se retirou da Multiner em Setembro 2011.

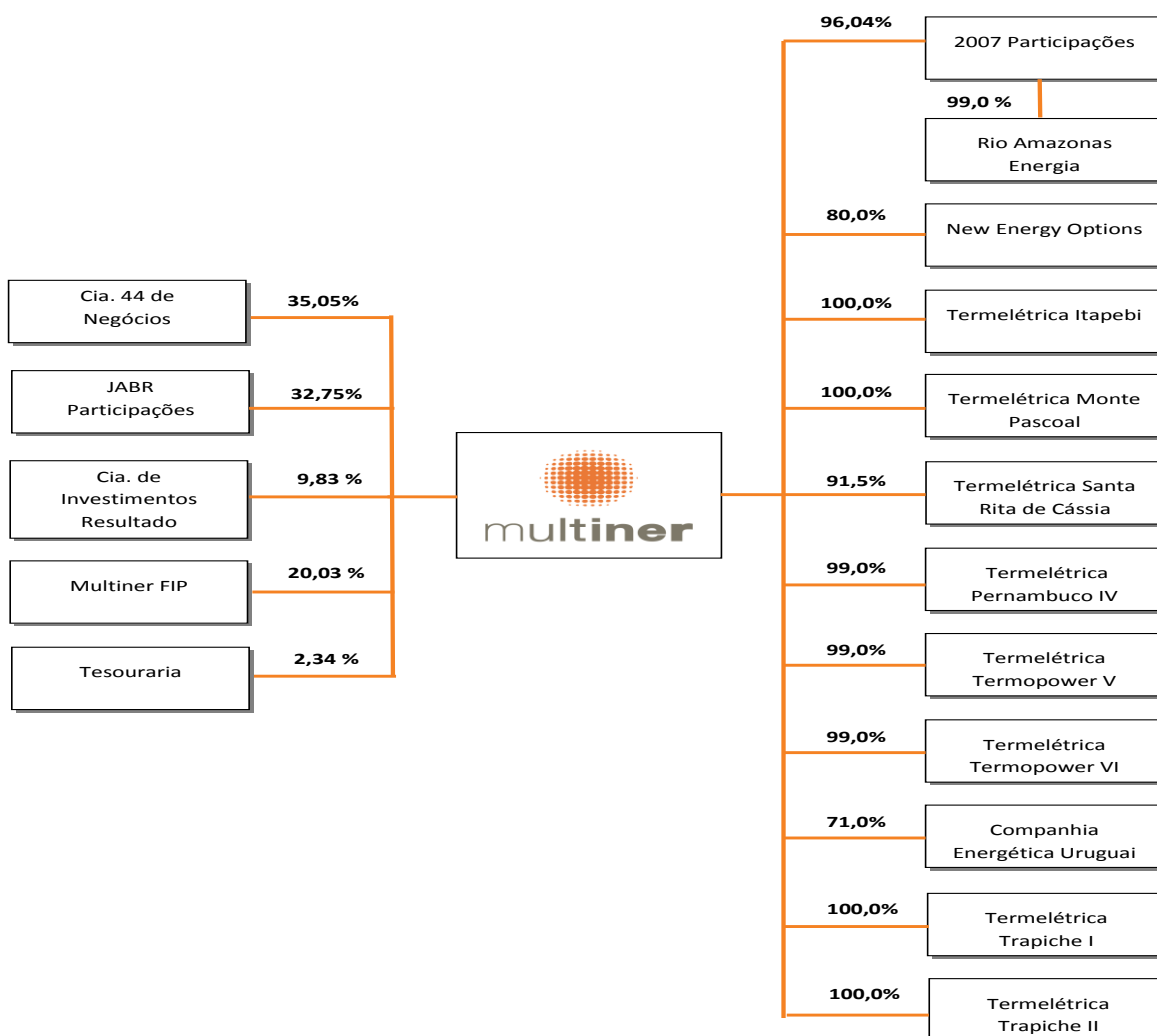
Destaques do ano de 2011 - Cronologia dos fatos relevantes

- A ANEEL autorizou a prorrogação do prazo de início de operação da UEE Alegria II para 27 de agosto de 2011, conforme Despacho nº 2.665 de 8 de setembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2010, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória 517, que prorrogou de 31 de dezembro de 2010 para 30 de dezembro de 2011 o prazo para que as usinas inseridas no PROINFA comecem a gerar energia.
- Em 01/02/11, a Termelétrica Pernambuco III S.A. foi negociada e transferida formalmente nos livros de registro competentes da titularidade das ações, da Multiner para a A&G Energia Empreendimentos Ltda.;
- Em 07/02/11, os acionistas da Multiner aprovaram a proposta de recompra das ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, sem redução do seu capital social, mediante permuta por debêntures de emissão da BVA Empreendimentos S.A. de titularidade da Companhia, com vencimento em 2013 e 2014. A proposta de recompra foi aceita exclusivamente pelo acionista BVA Empreendimentos, pelo valor atualizado (na curva) de todas as 52.148 ações preferenciais resgatáveis até então detidas por este acionista na Companhia.
- Em 18/02/11, a Termelétrica Santa Rita de Cássia obteve liminar judicial suspendendo as penalidades técnicas e administrativas decorrentes do atraso do início de operação comercial da UTE Santa Rita de Cássia, em razão do descasamento entre o cronograma da usina e o da subestação à qual a mesma deveria ser conectada.
- Em 21/03/11, a Diretoria da Multiner encaminhou ao Conselho de Administração para aprovação em AGE, subsequente proposta de aporte de novos recursos na Companhia no valor de R\$ 100.000, através da criação e emissão de nova classe de ações preferenciais da Companhia (“Preferenciais Resgatáveis Classe B”), a serem subscritas pelos atuais detentores de ações preferenciais e resgatáveis pela Companhia em 12 meses, após integralização e atualizadas por IGP-M + 9% a.a., desde a data da efetiva integralização até a data do resgate. Em AGE realizada em 08/04/11 para deliberar sobre o assunto, o representante do acionista preferencialista da Companhia Multiner FIP, solicitou a apresentação, pela Companhia, de nova proposta de capitalização, a qual deverá estar consubstanciada em laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu.
- Em 08/04/11, foi publicado no Diário Oficial da União, Despacho nº 1.128 da ANEEL, o qual: (i) posterga o início de operação comercial das UTEs Itapebi e Monte Pascoal para 01/03/12, com exclusão da responsabilidade dos agentes até 01/10/11; (ii) decide pela não aplicação do disposto na Resolução Normativa nº 165/2005 (compra de lastro) no período reconhecido como excludente de responsabilidade (01/01/10 a 01/10/11); (iii) defere o pleito de alteração do local de implantação das usinas para o estado de Pernambuco;
- Em 01/06/2011, a Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos da ANEEL aceitou o Estudo de Viabilidade da UHE Iraí apresentados pela Companhia Energética Uruguai.
- Em 17 de agosto 2011, o Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Hugo Seabra de Souza do cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia..
- Em 23 de agosto, a ANEEL através da resolução autorizativa Nº 3.078, aprovou a transferência de controle dos direitos sobre a UTE Pernambuco III.
- A Companhia fechou contrato com a Petrobras para compra de energia (lastro) a partir de outubro 2011, conforme o estabelecido no REN 165/2005 da ANEEL e Despacho ANEEL 1.128/2011, visando a adquirir energia para o período de 3 meses, para substituir os 207 MW médios comercializados pelas UTEs Itapebi e Monte Pascoal no leilão A-3 de 2007.
- A Companhia havia renegociado o empréstimo ponte no valor de R\$ 140.000 captado pela New Energy Options (NEO) junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em maio de 2011, alterando o vencimento para novembro de 2011. Em julho e agosto, a Companhia amortizou respectivamente, R\$ 68.175 e R\$ 25.459 do saldo do principal. Em novembro, a

Companhia renegociou o empréstimo, prorrogando seu vencimento para maio de 2012, com valor de principal renegociado para R\$ 46.921.

- Em dezembro 2011, a Companhia tomou ciência da abertura de um processo de arbitragem impetrado pelo fornecedor Caterpillar AG contra a Multiner, referente ao descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de equipamentos para a UTE Itapebi, com o pleito mínimo de € 25 milhões. A área jurídica da Companhia em conjunto com a assessoria de escritórios de advogados externos, nacionais e internacionais está atuando na contestação e defesa de seus interesses no referido processo.
- Em 30 de dezembro 2011, a Companhia obteve do ONS a declaração de atendimento aos requisitos de procedimentos de rede para iniciar as operações comerciais do projeto Alegria II, com a aprovação da instalação de parte do projeto, atendendo também aos critérios do PROINFA. Entretanto a UEE Alegria II não está operativa em sua totalidade, estando previsto para 2012 o funcionamento de todos os 61 aerogeradores. A não entrada em operação da UEE em sua totalidade expõe a Companhia a possíveis penalidades contratuais. Não obstante, a Companhia entende que a entrada em operação comercial no dia 30 de dezembro de 2011 atendeu aos requisitos de enquadramento do PROINFA e tem mantido pleitos junto a ANEEL no que tange ao cronograma e demais condições regulatórias.
- Foi iniciada no 2º semestre de 2011 a conversão da UTE Cristiano Rocha para o uso do gás natural como combustível.

Organograma Societário em 31/12/2011



Cenário Macroeconômico

A atividade econômica registrou menor dinamismo em 2011, e nos últimos trimestres, tendo crescido abaixo de sua taxa de crescimento potencial, segundo o Relatório de Inflação do Banco Central. A deterioração do cenário econômico mundial, observada a partir do segundo semestre do ano, e potencializada pela redução mais acentuada da indústria chinesa, a continuidade da crise financeira nos Estados Unidos e a consolidação da fragilidade econômica-financeira na Zona do Euro contribuíram para a

redução da atividade econômica. Nesse contexto, o PIB atingiu expansão anual de 2,7% em 2011, queda na comparação com os 7,5% registrados no ano de 2010.

Apesar da redução no ritmo de crescimento da economia doméstica, verificada no começo do ano e intensificada no segundo semestre, impactada principalmente pelo cenário externo, a demanda interna, manteve-se aquecida, impulsionada pela elevação da renda, menor taxa de desemprego e expansão moderada do crédito. A inflação, medida pela variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 6,5%, no teto da variação do sistema de metas de inflação para o final de 2011.

No que tange ao setor externo, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 29,790 bilhões em 2011, elevação de 47,48% em relação a 2010. Esse resultado é fruto de exportações de US\$ 256.041 bilhões e de importações de US\$ 226.251 bilhões, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Ambiente Setorial

Em 17 e 18 de agosto 2011, foram realizados os Leilões de Energia A-3 e Reserva de 2011. Ambos contrataram uma capacidade instalada total de 3.962,7 MW, com garantia física de produção de 2.284,4 MW médios. Foram contratados 92 projetos de geração de eletricidade das fontes eólica, gás natural, biomassa (bagaço de cana-de-açúcar e resíduos de

madeira) e hídrica. Destacaram-se os empreendimentos de fonte eólica, cuja negociação somou 1.928 MW a um preço médio inferior a R\$100/MWh, tendo sido negociados 78 novos parques.

Foram cadastrados para o Leilão de Energia A-3/2012, que será realizado em 22 de março de 2012, 598 empreendimentos, somando potência de 25.850 megawatts (MW). Ao todo, foram inscritos 524 projetos de fonte eólica (13.180 MW de capacidade); 26 termelétricas a gás natural (10.344 MW); 23 termelétricas a biomassa (1.042 MW), 22 PCHs (343 MW); e 2 hidrelétricas (941 MW).

Foi realizado, em 20 de dezembro de 2011, o Leilão de Energia A-5/2011, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016. Foram contratados 42 projetos de geração de eletricidade, com capacidade instalada total de 1.211,5 MW, o que atendeu a 100% da demanda das distribuidoras que contrataram a energia negociada. O preço médio ao final do certame foi de R\$ 102,18/MWh, alcançando um deságio médio de 8,77%. Os 42 projetos demandarão investimentos da ordem de R\$ 4,3 bilhões. Foram negociados 39 projetos eólicos, dois a biomassa e um hídrico, somando 976,5 MW, 100 MW e 135 MW de capacidade. A usina hidrelétrica de São Roque, em Santa Catarina, foi arrematada por R\$ 91,20/MWh, deságio de 25,9% em relação ao preço inicial de R\$ 123,0/MWh.

O Leilão de Energia A-5/2012 foi marcado para o dia 25 de outubro de 2012, e tem como foco a licitação de projetos de geração hidrelétrica, inclusive PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e UHEs (usinas hidrelétricas) com potência igual ou inferior a 50 MW, ampliação de UHE ou de PCH existente, e aqueles que tenham concessão oriunda de Sistema Isolado. O início do suprimento de energia elétrica ocorrerá em 1º de janeiro de 2017. Os contratos serão na modalidade por quantidade de energia, com prazo de suprimento de trinta anos.

O consumo nacional de energia elétrica atingiu 430.1 MWh representando um crescimento de 3,6% em relação ao ano de 2010. Este resultado deve-se, sobretudo, ao desempenho favorável dos setores comercial e residencial, que cresceram, respectivamente, 8,1% e 6,4% entre julho e setembro, na comparação com os mesmos meses de 2010. O crescimento de 8,1% registrado no segmento comercial representa o melhor desempenho dos últimos cinco anos. A expansão da atividade neste segmento foi impactado positivamente, em resposta ao comportamento do consumo de bens e serviços, face à permanência da taxa de desemprego em nível baixo e à disponibilidade de crédito ao consumidor. A evolução do consumo no segmento residencial foi reflexo, principalmente, das condições de clima no país, quando chuvas intensas e temperaturas mais baixas foram observadas em muitas capitais brasileiras. O consumo industrial de energia elétrica registrou crescimento de 2% contra o mesmo período de 2010, repetindo a taxa alcançada no segundo trimestre deste ano.

Desempenho Financeiro (R\$ mil)	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
	Receita Líquida de Vendas	29.222	-	168.827
Custo de Vendas	(44.581)	-	(130.947)	(48.820)
Despesas Operacionais	(127.842)	(78.329)	(244.727)	(118.393)
Resultado Financeiro	(41.288)	(18.903)	(110.734)	(30.084)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(170.327)	(53.808)	-	-
Resultado Operacional antes do IR/CSLL	(354.816)	(151.040)	(317.581)	(168.943)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.261)	27.172	(40.746)	45.067
Prejuízo do exercício	(356.077)	(123.868)	(358.327)	(123.876)

O resultado negativo é decorrente de quase todos os empreendimentos da Multiner e de suas Controladas ainda encontrarem-se na fase pré-operacional, com significativos custos de financiamento e despesas gerais para o desenvolvimento destes projetos, e de provisões para perdas contingenciais já reconhecidas por conta de situações irrevogáveis.

Eventos Subsequentes

a) Societários e Diretivos

Em Janeiro de 2012, ocorrem os pedidos de renúncia da Sra. Camille Faria e do Sr. Paulo Seidel dos cargos, respectivamente, de Diretor Presidente e Diretor de Gestão Corporativo da Multiner, assumindo e acumulando os cargos, temporariamente, o Sr. José Augusto Ferreira dos Santos, quando se intensificam as negociações de Compra e Venda das ações da Multiner.

Em 28 de Março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Simultaneamente, a Bolognesi Participações S.A em conjunto com a sua subsidiária Brasilterm Energia S.A., firmam com a Multiner Fundo de Investimentos e Participações um contrato de reorganização e de financiamento da Multiner S.A que estabelece os atos de reorganização e de financiamento da Companhia que, depois de realizados, permitirão ao Grupo Bolognesi adquirir a maioria das ações ordinárias com direito a voto e o controle societário da Multiner. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (i) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

O Grupo Bolognesi adquirirá o controle acionário da Companhia mediante aquisição da maioria das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de emissão da Multiner, sendo que, após a conclusão da operação, os Vendedores deixarão de ter qualquer participação no capital da Multiner.

Em 28 de Março de 2012, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ocorrem as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: (1) valor do aumento: R\$ 391.635.809,33 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999.963,50 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.635.845,83 foi integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital realizadas pelo Conselho de Administração e autorizações especificadas em AGE.

Com relação a AGE de 28 de Março de 2012 ficou promovida ampla revisão do Estatuto Social da Companhia, aprovando o projeto de Estatuto apresentado à Assembléia. Nesta mesma Assembléia foram aprovadas as renúncias dos Srs. Jose Augusto Ferreira dos Santos, Jorge Amilcar Boueri da Rocha, Carlos Henrique Figueiredo, Alexej Predtechensky e Fernando Pinto de Matos e, eleitos os Srs. Ronaldo Marcelo Bolognesi, a Sra. Chiara Sonogo Bolognesi, o Sr. Paulo Cesar Rutzen, o Sr. Ricardo Oliveira Azevedo, o Sr. Alexandre Aparecido Barros, a Srta Manuela dos Santos Leitão que assumirão os cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, para o mandato que se estenderá até a Assembléia Geral Ordinária de 2013.

As empresas Trapiche I, Trapiche II e o consórcio e Termelétrica Santa Rita de Cássia não fizeram parte do acordo entre Multiner e Bolognesi, portanto não fazem mais parte do portfólio da Companhia.

b) Operacionais - Projetos

Em 2012 as controladas Pernambuco IV, Monte Pascoal e Itapebi ficaram sujeitas às penalizações, por parte da ANEEL, pelo não cumprimento dos cronogramas estabelecidos em leilão para entrada em operação comercial nas datas acordadas. A penalidade se aplica após um ano decorrido do prazo originalmente aprovado. Neste caso, Pernambuco IV ficou sujeita a penalidade a partir de janeiro de 2012, e Monte Pascoal e Itapebi a partir de outubro de 2012.

Em abril de 2012, a Multiner foi comunicada da revogação da autorização da UTE Pernambuco IV. A revogação da autorização decorreu do atraso nas obras e descumprimento do cronograma de entrada em operação da usina. Em fevereiro de 2012 a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica já havia suspenso os registros dos contratos que tinham como vendedores a Multiner e a A&G Energia. Todos os contratos foram rescindidos com as distribuidoras.

Em abril 2012, da mesma forma, e sob o mesmo argumento que penalizou a UTE Pernambuco IV, a Multiner foi comunicada por notificação da ANEEL da possível revogação da outorga das UTEs de Monte Pascoal e Itapebi. A Multiner negocia no âmbito administrativo junto a ANEEL a não aplicabilidade de qualquer sanção e a alteração dos projetos UTE Termopower V e Termopower VI, previstos para entrar em operação em outubro de 2012, para as localidades onde seriam instaladas as UTEs Monte Pascoal e Itapebi.

A previsão para conclusão da conversão da UTE Cristiano Rocha para o uso do gás natural é dezembro de 2012.

A UEE Alegria II, que se encontra em fase de construção, tem previsão para entrar em operação em outubro de 2012.

Em decorrência do inadimplemento contratual com a Petrobrás por conta da compra de lastro para as controladas Pernambuco IV, Monte Pascoal e Itapebi não foi cumprida a obrigação contratual regulatória de disponibilizar a energia relativa a novembro e dezembro de 2011 para o SIN – Sistema Elétrico Nacional.

b.) 1.) Taxas de Depreciação

A Resolução Normativa nº 474 da ANEEL de 07 de fevereiro de 2012 estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço - infraestrutura - utilizada no setor elétrico. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos. No entanto, para as concessionárias de geração de energia elétrica, não houve mudanças significativas na vida útil. A aplicação das novas taxas se dará a partir de 01 de janeiro de 2012.

Governança Corporativa

A Multiner está comprometida com as melhores práticas de Governança Corporativa. Registrada como companhia aberta desde 10 de julho de 2008, seu estatuto social prevê direito de venda conjunta (*tag along*) a todos os acionistas minoritários, em caso de alienação do controle, o correspondente a 100% do preço pago por cada ação do controlador. O Conselho de Administração, para o exercício de 2011, conta com dois membros independentes de um total de cinco Conselheiros, todos com larga experiência profissional, além de participação em outros Conselhos de Administração. O Conselho Fiscal é composto por três membros, um dos quais foi indicado pelo acionista minoritário (Multiner FIP).

A Multiner em 2011 deu ênfase a um processo mais rigoroso de revisão dos seus controles internos, através de revisões específicas de procedimentos e práticas corporativas. Devido às restrições financeiras e recursos de pessoal, principalmente a partir do 2º semestre, alguns projetos considerados críticos e prioritários tiveram que ser postergados para o ano de 2012, dado os investimentos necessários e as prioridades da Companhia nos aportes financeiros necessários para execução das obras em atraso.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente em Dezembro 2011, o Conselho de Administração pode ser composto por no mínimo cinco e no máximo nove membros, com mandato unificado de até um ano, sendo permitida a reeleição. No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros efetivos do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Multiner era composto por cinco membros, dos quais dois são independentes:

Jorge Amilcar Boueri da Rocha	Conselheiro (Presidente)
José Augusto Ferreira dos Santos	Conselheiro (Vice-presidente)
Carlos Henrique Figueiredo	Conselheiro
Alexej Predtechensky	Conselheiro independente
Fernando Pinto de Matos	Conselheiro independente

Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2011 a Diretoria Executiva da Multiner era composta por dois membros:

Camille Loyo Faria	Diretora Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Guilherme Autran Seidel	Diretor de Gestão Corporativa

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Multiner era representado na sua totalidade por 2.224.768 ações ordinárias nominativas, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORD.	%	PREF.	%	TOTAL	%
CIA 44 de Negócios	779.671	45,15%	-	-	779.671	35,05%
JABR Participações S.A.	728.560	42,19%	-	-	728.560	32,75%
Multiner FIP	-	-	445.620	89,52%	445.620	20,03%
Cia de Investimentos Resultado	218.764	12,67%	-	-	218.764	9,83%
Jose Augusto Ferreira Santos	1	0,00%	-	-	1	0,00%
Jorge Amilcar Boueri da Rocha	1	0,00%	-	-	1	0,00%
Fernando Pinto de Matos	1	0,00%	-	-	1	0,00%
Carlos Henrique Figueiredo	1	0,00%	-	-	1	0,00%
Alexej Predtechensky	1	0,00%	-	-	1	0,00%
Ações em Tesouraria	-	-	52.148	10,48%	52.148	2,34%

Dividendos

A Multiner tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 25% de seu lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da Comissão de Valores Mobiliários, deduzindo-se:

- (a) 5%, no mínimo, para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (b) de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos;
- (c) de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. A constituição das reservas indicadas nos itens (b) e (c), acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório.

As ações preferenciais resgatáveis da Companhia têm recebimento de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

Em 2011, não houve distribuição de dividendos, pois a companhia não auferiu lucro no período, tendo em vista que a maioria de suas controladas encontrava-se em estágio pré-operacional.

Colaboradores

A gestão do capital humano é um ativo intangível estratégico da Multiner. O compromisso com as pessoas determina o desenvolvimento das competências e a valorização do trabalho em equipe e do mérito.

Ao final de 2011, o grupo Multiner contava com 71 colaboradores notadamente qualificados: 57,75 % destes possuem nível de escolaridade até o curso superior e 12,68% pós-graduação. Dentre os demais 29,57%, 16,90% concluíram o ensino médio. 45,07% dos empregados da Multiner possuem até 35 anos, 23,94% de 36 a 45 anos e 30,99% estão acima dos 45 anos de idade.



Agradecimentos

Agradecemos a nossos clientes, fornecedores, acionistas, instituições financeiras, órgãos setoriais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa para a Multiner S.A. relacionados ao exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluindo a revisão das informações trimestrais, e que não foi prestado nenhum outro tipo de serviço pela KPMG Auditores Independentes durante o exercício de 2011.